tce_rn tcedorn tce_rn tce.rn.gov.br

TCE EM PAUTA

ANO XXIII | Nº 122
JULHO E AGOSTO / 2019
NATAL/RN

TCE RN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Página 06-07

ATRICON VALIDA BOAS PRÁTICAS

Comissão reconhece ações executadas no TCE/RN como referências para os Tribunais de Contas de todo o país

PROJETO ESTIMULA O TELETRABALHO
Página 08 e 09

SEBRAE E TCE NO INCENTIVO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS
Página 10

DESTAQUE PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE QUALIDADE
Página 12

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA OS MUNICÍPIOS
Página 05

DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O TCE efetivou a doação de bens móveis (mobiliário) e equipamentos de informática, inservíveis para o Tribunal, que podem ser úteis para 22 instituições do Rio Grande do Norte, devidamente selecionadas a partir de Edital Público que estabelecia, entre outros critérios, prioridade para organizações que trabalham com segurança, saúde e educação.

Foram cadastradas 88 instituições, contempladas por ordem de inscrição, acrescentando-se ainda a lista de organizações conveniadas e educativas, classificadas para a recepção de material descartável de informática. O trabalho foi executado pela Secretaria Geral do TCE, através do setor de Patrimônio da Diretoria de Administração Geral - DAG.

Foram beneficiadas com doação as seguintes instituições: 10º Batalhão de Policia Militar de Assú; 9ª Diretoria Regional de Educação de Currais Novos; Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz; Secretaria Municipal de Saúde de Upanema; Gabinete Civil de Jardim do Seridó; Prefeitura de Messias Targino, de Governador Dix-Sept Rosado; Escola Municipal Cônego Pedro Paulino, de São José do Mipibú; Secretaria de Saúde e Conselho Municipal de Saúde de Dr. Severiano; Secretaria de Educação e Centro infantil Djanira Freire da Mota, de Parnamirim; Secretaria de Educação e Escola municipal Léis Gomes de Oliveira, de Serrinha dos Pintos; Associação Proteção Maternidade e Infância de Mossoró; Escola Municipal de Música Maestro Claudionor de Oliveira, de Goianinha; Cooperativa mista dos Agricultores Familiares, Sindicato dos trabalhadores Rurais e Assessoria Técnica do Seridó, de São José do Sabugi; Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante e Câmara Municipal de Rio do Fogo.

Com relação a descarte, foram selecionadas a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – Coocamar e o Instituto Federal de Educação do RN, campus de Natal, Lajes e Apodi.

HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos

1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO
quintas-feiras | 9h	terças-feiras | 9h	terças e quintas | 10h30min

FORTALECIMENTO DA CORREGEDORIA

O TCE/RN aderiu ao Programa de Fortalecimento de Corregedorias (Procor) da Controladoria Regional da União – CGU-RN. A parceria foi celebrada pelo Conselheiro Corregedor, Antônio Gilberto de Oliveira Jales, junto à Superintendente Substituta da CGU-RN, Rachel Urbano Ribeiro.

Por meio do programa, o TCE/RN receberá cursos e treinamentos sobre temas correcionais, além de material técnico, podendo, ainda, utilizar os sistemas informatizados da Corregedoria-Geral da União.

Com a adesão, o TCE/RN também passa a integrar a Rede de Corregedorias, composta pela CGU e pelas corregedorias-gerais dos estados, municípios e outros poderes da União. A rede se reúne periodicamente para debater temas de interesse das corregedorias e traçar estratégias conjuntas de atuação.

JURIMETRIA NOS TC'S

A importância da estatística e da tecnologia na área do Direito é o tema do seminário Jurimetria e Administração nos Tribunais, evento realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), marcando a segunda edição do projeto TCE Inova.

Promovido pelo Ministério Público de Contas, o seminário tem como objetivo apresentar o conceito de jurimetria e discutir casos práticos de pesquisa aplicada ao Direito para fundamentar a administração de tribunais e formulação de políticas públicas, auxiliando os legisladores, operadores do Direito e servidores públicos a criar instituições sociais e políticas mais justas e eficientes.

A condução do simpósio tem como responsável Marcelo Guedes Nunes, professor doutor em Direito da PUC/SP, coordenador do Observatório da Insolvência e do Observatório Societário da PUC/SP e diretor-presidente da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), entidade pioneira na América Latina na aplicação de métodos quantitativos no estudo do Direito.

COMISSÃO DA ATRICON VALIDA 7 BOAS PRÁTICAS

A Comissão do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) avaliou a qualidade dos projetos executados pelo TCE/RN

A Comissão de Garantia da Qualidade do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) validou 7 práticas do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) como modelo para utilização em outras Cortes de Contas do país. No dia 30 de agosto, a comissão entregou ao presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior, a Declaração da Garantia de Qualidade.

Durante a entrega, estiveram presentes os conselheiros Tarcísio Costa, Paulo Roberto Chaves Alves, Carlos Thompson Costa Fernandes e Gilberto Jales, além do presidente Poti Júnior. A comissão do MMD-TC é formada pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Antonio Renato Alves Rainha, pelo conselheiro-substituto do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, Ronaldo Nascimento de Sant´Anna, e pelos auditores de controle externo, Luiz Genédio Mendes Jorge e Paola Canuto.

Foram reconhecidas como boas práticas o acompanhamento concomitante da Gestão Fiscal do Governo do Estado (RACOMGOV); a transparência ativa de processos, que disponibiliza para consulta ao público todos os processos do Tribunal de Contas; o Sistema Legis, que é uma ferramenta eletrônica de coleta e divulgação da legislação estadual e municipal; a Residência em Tecnologia da Informação, realizada em parceria com a UFRN; o módulo de protesto extrajudicial de multas; o alerta eletrônico de Gestão Fiscal; e a GINKÉTICA, que é uma gincana realizada no âmbito do Tribunal para fomentar a capacitação na temática da ética.

O presidente da comissão do MMD-TC, Antonio Renato Alves Rainha, destacou o potencial das boas práticas reconhecidas durante o processo de validação. “Tivemos toda a tranquilidade de fazer a validação do Marco de Medição, principalmente porque fomos recebidos por pessoas capacitadas. As boas práticas reconhecidas pela comissão tem potencial para ganhar o país”, disse.

O presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior, parabenizou a equipe do Tribunal de Contas pelos resultados na validação do Marco de Desempenho. “É uma demonstração da seriedade com que o trabalho é feito. O TCE/RN tem o menor orçamento entre os tribunais de contas do país, mas tem muita dedicação e esforço por parte de todos os que fazem essa Corte. Toda a equipe faz força conjunta para o mesmo caminho, que é a consolidação do TCE como exemplo de excelência no país”, falou.

O conselheiro Gilberto Jales destacou a importância do trabalho da Atricon na garantia da qualidade do trabalho das Cortes de Contas. “Todo o sistema tem melhorado e evoluído. Essa troca de experiências é muito importante para a melhoria como um todo do controle externo”, afirmou.

Também participaram da entrega da Declaração de Garantia de Qualidade os representantes da Comissão de Qualidade do TCE, Anne Carvalho, secretária de Controle Externo, e Jaime Mariz Neto, secretário de Administração Geral; e da Comissão de Avaliação, Cleyton Barbosa e Aleson Amaral, auditores de Controle Externo.

O objetivo da comissão do MMD-TC é verificar o desempenho dos Tribunais de Contas em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Foi realizada a validação das informações prestadas pelo Tribunal de Contas no âmbito do Marco de Medição do Desempenho relativas aos 25 critérios elencados pela Atricon. O Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) procura fortalecer as Cortes de Contas como essenciais ao controle dos recursos públicos e à cidadania e estimular a transparência das informações, das decisões e da gestão dos Tribunais de Contas.

Em sua primeira edição, debate contou com palestras do ministro do STJ, Marcelo Navarro e do juiz federal Eduardo Dantas

"TCE INOVA" INICIA COM DEBATE SOBRE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Uma área está em expansão no âmbito do Direito. Trata-se de uma carreira associada à área jurídica, integrada por profissionais que atuam com mediação de conflitos, conciliação e arbitragens, modelos que vêm adquirindo cada vez mais espaço no mercado de trabalho. A idéia foi defendida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, no lançamento do projeto "TCE Inova", realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado.

Marcelo Navarro e o juiz federal Eduardo Sousa Dantas dividiram as apresentações focando o tema "Meios Alternativos de Solução de Conflitos no âmbito dos Tribunais de Contas", dando largada a um projeto que pretende debater questões relevantes na contemporaneidade. Neste primeiro debate foram registradas a presença dos conselheiros Carlos Thompson, Gilberto Jales, Paulo Roberto e Tarcísio Costa, além do conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, representando o Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvécio.

"Neste período de crise, onde os gastos são maiores que o arrecadado é essencial que se encontre alternativas para conter os gastos. Trabalhamos com o rigor do controle. Proporcionar o debate qualificado, na esperança de dias melhores, é fundamental", acentuou o presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior, na abertura do evento.

O ministro do STJ lembrou que nas universidades se aprende Direito como algo impositivo, nada de mediação, o que demonstra a importância da mudança que está em processo. "O aluno é ensinado a atacar e defender. Não é formado para atuar com técnicas de conciliação", ressaltou, lembrando que várias experiências vêm sendo executadas por tribunais de justiça e cortes de contas em todo o país nesta linha de atuação, abrindo espaço para a participação das partes na busca de solução.

> "Proporcionar o debate qualificado, na esperança de dias melhores, é fundamental"

Para o juiz federal Eduardo Dantas, o Estado tem caminhado buscando o desenvolvimento de ações mais horizontais, participativas. Na opinião dele, começa a se atuar com o que denominou de "Sistema de justiça multiportas", buscando tratar de conflitos antes mesmo do início do processo, com uma atitude que trata, sobretudo, da prevenção, lembrando sempre da prevalência dos interesses coletivos, em detrimento do individual, levando em consideração questões como dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza, proteção efetiva dos direitos e garantias fundamentais, educação e proteção ao meio ambiente.

Parceiro da iniciativa, ao lado do Ministério Público de Contas e Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, o consultor-geral do TCE, Vinicius Araújo da Silva, anunciou que o Tribunal vem trabalhando com uma nova dinâmica, o "instituto de transação administrativa", que pode proporcionar ao interessado providências imediatas para o dano causado. Com isso, se reduz tempo e custos, em ações envolvendo pouco volume de recursos. O "TCE Inova", destacou, terá vida longa, sobretudo pela relevância dos temas em pauta.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS MUNICÍPIOS

"Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia". A máxima de autoria do estatístico e professor universitário estadunidense William Edward Deming, considerado um mestre do gerenciamento de qualidade no mundo, permanece bem atual quando se trata do planejamento estratégico. O fato é que, num cenário de crise como estamos vivendo, a ferramenta do planejamento tornou-se indispensável para a execução de uma boa gestão pública.

É neste contexto que o Tribunal de Contas do Estado, através da Escola de Contas professor Severino Lopes de Oliveira iniciou o programa "Redesenhando a Gestão Pública" - do planejamento ao controle, iniciativa que busca contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando e incentivando a adoção da gestão voltada para resultados em benefício da sociedade. "O foco do programa é o desenvolvimento integrado e permanente das unidades gestoras, a partir da transferência do conhecimento e boas práticas de gestão", destacou o coordenador da Assessoria de Planejamento de Gestão (APG-TCE), Gláucio Torquato.

Segundo Gláucio, há muita dificuldade dos gestores na execução de políticas públicas eficientes e eficazes em decorrência da ausência do planejamento, o que termina ocasionando resultados negativos. "Não utilizam um método, há muita coisa sendo feita na base do improviso, sem casar com o orçamento existente", relatou, acrescentando que esta constatação, baseada na observação, também pode ser averiguada quando se analisa os indicadores apresentados no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), uma série de serviços governamentais monitorados pelo TCE. "Os resultados negativos levaram o diretor da Escola de Contas, conselheiro Tarcisio Costa, a priorizar a formatação do Planejamento Estratégico como uma ferramenta importante para a gestão municipal", informou.

Coordenador de projetos estratégicos do TCE e instrutor na elaboração do Planejamento Estratégico, Ricardo Villaça lembrou que a mudança do sistema patrimonialista para uma administração pública gerencial – o que vem sendo efetivado nos últimos anos – tem levado cada vez mais a busca da ferramenta do Planejamento Estratégico como essencial para uma boa gestão. "A prefeitura se organiza melhor, dá mais resultados. É alinhar esforços para possibilitar uma melhor qualidade de vida para a população", disse no lançamento do programa no município de Parnamirim, para uma plateia integrada pelo prefeito, secretários, diretores e coordenadores de todas as pastas do município.

No todo, o programa quer introduzir na administração pública as culturas do Planejamento, dos Controles Internos, das técnicas de construção dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), da educação continuada, da eficiência, da inovação, da participação e práticas essenciais para o desenvolvimento institucional. No caso do Planejamento Estratégico, o TCE iniciou uma ação a partir da realização de encontros regionais, abrangendo todos os municípios do Estado, sensibilizando os gestores municipais e representantes para o uso desta ferramenta. Daí, foram selecionados uma série de municípios nos quais a equipe técnica do TCE vai colaborar na elaboração das peças do planejamento.

A ideia é, até o final do ano, formatar o processo nos municípios de Macaíba, Caicó, São José, Mossoró, Bom Jesus, Upanema, Portalegre, Jardim do Seridó, Martins, Apodi, Cruzeta e Pau dos Ferros, além de Parnamirim. "Nenhum órgão público ou privado vive sem planejamento. A Prefeitura está dando um grande salto, saindo do empirismo para um trabalho cientifico", enfatizou o prefeito, Rosano Taveira da Cunha, na abertura das discussões. "Pedimos para que a equipe do TCE implantasse esta modalidade de planejamento, dando inicio a uma nova era no município de Parnamirim", enfatizou.

O secretário de Planejamento de Parnamirim, Giovani Rodrigues Junior, destacou a importância daquele momento, aproveitando a expertise existente no TCE, lembrando que o planejamento estratégico vem para coroar o processo na administração municipal de forma integrada, sendo que posteriormente serão executadas em áreas específicas como educação, saúde e segurança, entre outras, tudo associado às diretrizes apontadas no Plano Plurianual e nas Leis orçamentárias anuais (LOA e LDO). "O município conta com um orçamento escasso, se não planeja, você não vai utilizar bem estes recursos. O planejamento se faz necessário sobretudo neste momento de crise acentuada", ressaltou.

Na abertura, Ricardo Vilaça falou sobre a importância do planejamento estratégico para o município

"A prefeitura se organiza melhor, dá mais resultados. É alinhar esforços para possibilitar uma melhor qualidade de vida para a população"

O coordenador da APG, Gláucio Torquato, concedeu entrevista explicando o processo de construção do Planejamento

Secretário de Planejamento de Parnamirim, Giovani Rodrigues: planejamento vai colaborar no processo de administração integrada

INICIATIVA POPULAR NO COMBATE À CORRUPÇÃO

O exemplo de um pequeno município brasileiro que conseguiu, a partir da mobilização de um grupo de moradores, chegar à cassação de prefeitos e vereadores corruptos foi tema da 12ª Sexta de Contas, realizada no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN). O relato foi do presidente do conselho e membro fundador da AMARRIBO (Amigos Associados de Ribeirão Bonito), o doutor em Economia e administrador de empresas Josmar Verillo, que ministrou a palestra "Cidadão em sintonia participativa: a experiência da AMARRIBO".

Verillo mostrou que o caminho do combate à corrupção – um problema histórico no País - passa pela mobilização da sociedade. E esta mobilização precisa ser efetuada a partir do conhecimento, da participação dos cidadãos na construção de uma cidade que possibilite a melhoria da qualidade de vida para a população.

"Trata-se de um tema de suma importância para todos nós, sobretudo quem trabalha com o controle externo", destacou o presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, lembrando que, nestes tempos, o controle tem que ser efetuado com muita cautela, pois há muita informação circulando nas redes sociais que terminam maculando a imagem das pessoas.

A experiência no município de Ribeirão Bonito, interior de São Paulo, demonstra que o controle externo, exercido pelas cortes de contas, e o controle social, feito pela sociedade organizada, devem caminhar de mãos juntas. A partir da revolta da população com a roubalheira de gestores públicos, foi criado um grupo de pessoas em busca de participar, colaborar na gestão, sobretudo no combate à corrupção e na execução de obras de interesse da sociedade. Conseguiram retirar maus prefeitos e vereadores dos cargos. "É preciso mudar o perfil dos políticos. Tem muita gente boa e honesta por aí, mas a nossa escolha fica entre os menos ruins", disse.

O trabalho executado envolve muitas vertentes, além da mobilização das pessoas, tem que atuar com órgãos como o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Foi daí, com pressão, que se conseguiram vitórias como a Lei de Ficha Limpa, experiências de Orçamento Participativo e a Lei de Acesso à Informação, entre outras. O resultado da ação da ONG gerou o livro "O combate à corrupção nas prefeituras do País" e a colaboração na formação de mais de 200 ONGs similares pelo país. "Foi uma trajetória difícil, pois há muitos interesses envolvidos, mas tínhamos que passar por esta dor, senão não conseguiríamos nada", ensinou.

A importância do evento também foi ressaltada pelos conselheiros Tarcísio Costa, diretor da Escola de Contas, e Carlos Thompson, Ouvidor do TCE, parceiros na iniciativa. "É um fato inédito a gente ter uma experiência do interior de São Paulo apresentada aqui. Ressalte-se que a criação da Escola de Contas surgiu com este objetivo: possibilitar o conhecimento e estimular a participação social", destacou Costa. Já Thompson disse: "É um encontro histórico, apresentar uma experiência que, a partir de um trabalho voluntário, se conseguiu mudar a realidade de um município". O evento contou ainda com a participação dos conselheiros Gilberto Jales e Paulo Roberto Chaves Alves, do conselheiro substituto Antônio Ed Santana e do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres.

Realizado pela Ouvidoria, em parceria com a Escola de Contas, o projeto Sexta de Contas vem se consolidando como um espaço de apresentação e debates de temas significativos para a sociedade, buscando disseminar conhecimentos para o controle social.

A importância do controle social foi destacado pelo economista Josmar Verillo

FÓRUM NACIONAL DE AUDITORIA

Em sequência à série de encontros que vem sendo realizado em todo o País, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte sediou mais uma edição do Fórum Nacional de Auditoria, com o objetivo de qualificar os servidores para atuarem em consonância com as normas internacionais de contabilidade pública. A meta foi possibilitar uma ação com autonomia e sinergia de dados e informações.

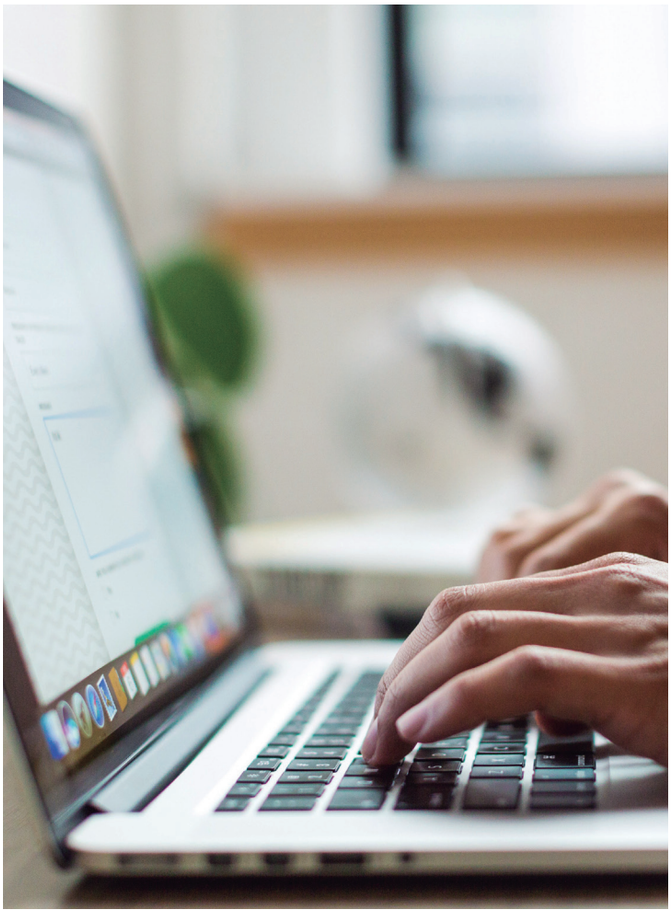
A programação constou de palestras e exposições. Logo após a abertura, a analista de controle externo do TCE/PR, Denise Gomel, apresentou o tema "Os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público – NBASP 100 e os princípios Fundamentais de Auditoria Operacional – NBASP 300". No período da tarde houve uma oficina sobre práticas de auditoria, sob a responsabilidade da equipe da Secretaria de Controle Externo.

Dando prosseguimento ao evento, a coordenadora geral do Instituto Rui Barbosa (IRB), Crislayne Cavalcante, abordou o tema "Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade – NBASP 400", encerrando a programação.

O Fórum está percorrendo todas as regiões brasileiras, disseminando informações e promovendo debates em busca da padronização das Normas Internacionais de Auditoria no Setor Público (NBASP). O evento é direcionado aos servidores do TCE, sendo uma parceria da Escola de Contas com o IRB.

Encontro discute novas normas de auditoria

CONSULTA



Consulta de processos por temas

LINK COM NOVA FORMA DE BUSCA PROCESSUAL

Já se encontra disponível no site do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) o link para consulta por temas e subtemas de processos. Anteriormente, a consulta era feita através de palavra-chave. Segundo o procurador-Geral de Contas, Thiago Martins Guterres, a partir de agora o gestor poderá fazer a consulta de processos com facilidade, de forma mais organizada, personalizada, conforme o interesse específico.

A iniciativa da nova forma de consulta partiu do Ministério Público de Contas (MPC/RN), em parceria com a Consultoria Jurídica de Contas e a Diretoria de Informática – DIN. A nova forma de busca pode ser feita pelo usuário ou órgão fiscalizado diretamente no site do TCE/RN, através do link: www.tce.rn.gov.br/Consultas/ConsultaPorTema.

Dentre os temas processuais, estão disponíveis para consulta, Despesa Pública, Leis Orçamentárias, Leis de Responsabilidade Fiscal-LRF e Prestação de Contas.

TELETRABALHO

PROPOSTA PARA AUMENTAR PRODUTIVIDADE E REDUZIR CUSTOS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) aprovou, durante sessão do Pleno, uma Resolução que disciplina a execução do projeto experimental de teletrabalho no âmbito da Corte de Contas. A medida visa aprimorar o desempenho e resultados da atividade de controle externo e garantir a redução dos seus custos operacionais. A iniciativa, encampada pela atual gestão do presidente Poti Júnior, com aprovação dos demais membros da sessão, segue o exemplo de outras instituições no Estado, como Tribunal de Justiça e Ministério Público.

A Resolução 08/2019 autoriza a realização de teletrabalho (home office) para execução de determinadas tarefas desempenhadas por servidores do TCE fora das dependências do Tribunal, desde que cumpridas exigências previstas no texto. O projeto experimental terá duração de um ano, a contar do início do último trimestre do ano de 2019, podendo ser prorrogado, por decisão do presidente.

Uma das exigências é que o servidor em regime de teletrabalho deve obrigatoriamente aumentar em 15% a produção de suas atividades ordinárias, com base na elaboração de plano de trabalho individualizado, com metas de desempenho semanal, mensal e trimestral. Haverá o limite de um trimestre de duração do regime home office para cada servidor.

A realização do teletrabalho ocorrerá a título de Projeto Experimental nas unidades que possuam, no mínimo, 70% dos processos em formato eletrônico. A manutenção do número de servidores simultaneamente em teletrabalho, em cada unidade, deve ser inferior ou igual ao limite de 50%.

O novo regime somente será permitido às atividades com prazo de execução mensurável, cujo desenvolvimento demande maior esforço individual, com menor interação com outros servidores e com possibilidade de execução por meio remoto, tais como análises, estudos, instruções, informações, notas, pareceres, relatórios, roteiros e propostas de atos normativos e minutas de pronunciamentos dos membros.

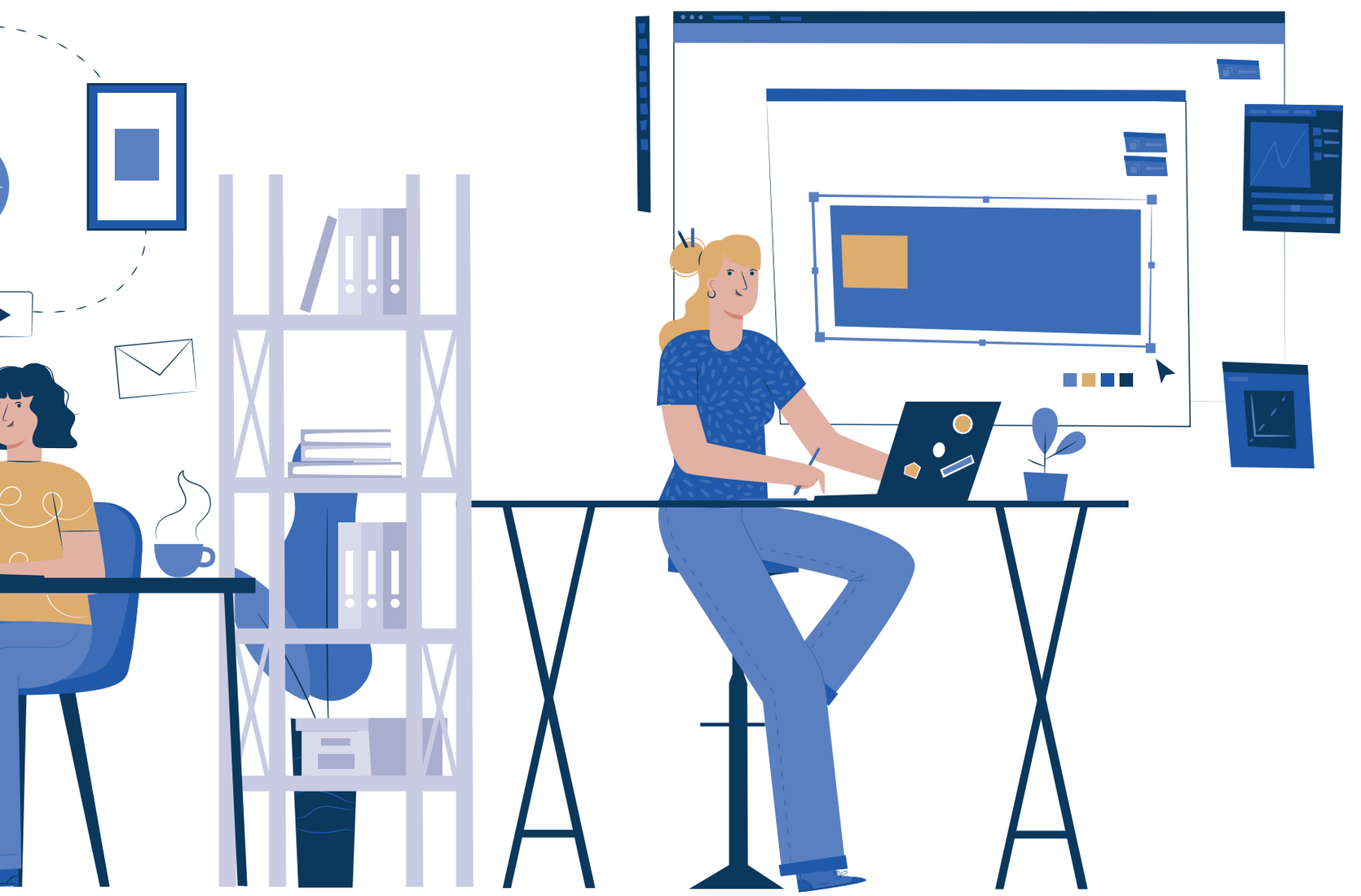
A Resolução veda teletrabalho ao servidor que estiver exercendo cargo ou função de direção e chefia, ainda que em substituição; responsável pela coordenação e orientação de atividades desempenhadas por subordinados; estiver em estágio probatório; executar atividades que impossibilitem a sua realização e aferição fora do TCE; tiver incorrido em falta disciplinar, nos doze meses anteriores ao início da realização do teletrabalho.

Terão prioridade os servidores com deficiência quanto à mobilidade; que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência; gestantes e lactantes; com jornada reduzida por motivo de saúde, nos termos constantes em processo específico; que não tenham realizado teletrabalho no último trimestre.

Durante o período de atividades fora do TCE, o servidor deve atender às convocações para comparecimento às dependências da Corte, sempre que houver necessidade , bem como participar em reuniões, cursos, eventos, videoconferências. Além disso, cumprir exigências no sentido de manter contatos atualizados, informar à chefia imediata o andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade e cumprir prazos.

A inclusão na modalidade de teletrabalho é facultativa e não constitui direito e poderá ser revertida a qualquer tempo, em função da conveniência da Administração, por inadequação do servidor, desempenho inferior ao estabelecido ou necessidade presencial aos serviços.

Caberá à Comissão de Gestão do Teletrabalho, instituída pela Resolução, indicar, a cada trimestre, os servidores que participarão do Projeto Experimental de Teletrabalho, observando o limite máximo de servidores participantes do projeto; observar os requisitos necessários à autorização; acompanhar, controlar, monitorar e avaliar a realização dos trabalhos quanto ao cumprimento dos prazos, metas e à qualidade.



INCENTIVO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

O caminho para o desenvolvimento local passa pelo incentivo às micro e pequenas empresas. Em períodos de crise, como o que estamos vivendo agora, as pesquisas mostram que elas é que geram empregos e contribuem com o incremento da economia. É nesta perspectiva que o Tribunal de Contas do Estado, em parceria com o Sebrae/RN, e as federações das prefeituras e câmaras municipais, realizou o Seminário Sobre Compras Públicas dos Pequenos Negócios Fomentando o Desenvolvimento Local, evento realizado no auditório do Sebrae.

Parceria entre SEBRAE e TCE amplia ação em prol do desenvolvimento local

Na abertura do evento, o presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior, ressaltou a importância do trabalho que vem sendo executado pelo Sebrae no estimulo aos pequenos empreendimentos e acentuou o compromisso do Tribunal de Contas em cada vez mais qualificar os gestores públicos. "Até o final do ano, através da Escola de Contas, serão realizados mais dois encontros relacionados a esta temática", informou. Foram registradas ainda as presenças dos conselheiros Tarcisio Costa, diretor da Escola de Costa, e Gilberto Jales, além do superintendente do Sebrae, José Ferreira de Melo, o presidente da Fecam, Paulo Freire, da Femurn, Antomar Ferreira e o representante da Associação dos Profissionais em Licitações do RN Alicita, Mavenier Araújo.

Na palestra de abertura, José Ferreira de Melo destacou o trabalho que vem sendo executado pelo Sebrae na interiorização da cultura dos pequenos negócios, a partir da implementação da Lei geral das Micro e Pequenas empresas. Atualmente, informou, estão registradas 165 mil pequenas empresas no simples – imposto facultado aos pequenos empreendimentos, com faturamento até R$ 80 mil. São comerciantes varejistas, salões de cabeleireiro, manicure, lanchonetes e outras atividades espalhadas por todo o Estado, sendo a maioria localizadas em Natal, Parnamirim e Mossoro.

Com a aprovação da chamada Lei de Liberdade Econômica no Congresso Nacional, o presidente do Sebrae registra como um avanço uma maior simplificação na hora da abertura de uma empresa. Entre as ações previstas com a regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Estado, citou a criação do Fórum estadual das MPE´s; realização de ações com foco em educação empreendedora; desburocratização do sistema; incentivos tributários e estimulo a compras governamentais.

Logo em seguida, o analista de controle externo do TCE, Fernando Antônio Teixeira Leão, abordou o tema "Compras Públicas dos Pequenos Negócios Fomentando o Desenvolvimento Local", contextualizando todo o processo de implantação da Lei Complementar 123/06. Durante toda manhã, o especialista associou aspectos teóricos da legislação com questões práticas, possibilitando uma discussão acerca dos dispositivos existentes, a jurisprudência e Legislação aplicáveis, tendo como referências a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, a LEC 123/2006, Súmulas e Jurisprudência dos tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e a Constituição Federal.

Curso foi ministrado pelo analista de controle externo do TCE, Fernando Leão

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA FOI DESTAQUE EM ENCONTRO NO TCE-GO

Consultor jurídico Guilherme Friedrich apresentou experiência do TCE/RN

O consultor jurídico do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), Guilherme Friedrich Boiko, apresentou, durante o 7° JurisTCs e 3º Fórum de Processualística, o Informativo de Jurisprudência da Corte potiguar. O encontro sobre processualística e jurisprudência foi realizado no auditório José Sebba, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O conselheiro Gilberto Jales, corregedor de Contas, também participou do evento.

Presidente da Comissão Permanente de Jurisprudência do TCE/RN, Boiko fez uma breve exposição do trabalho de sua equipe, evidenciou a importância da comissão para a organização, sistematização e divulgação da jurisprudência da Corte de Contas.

Pesquisar as decisões de outros TCs em matéria de seus interesses e divulgá-las, bem como, editar e divulgar o periódico informativo de jurisprudência do TCE/RN são algumas das funções do grupo que atua desde 2013.

De acordo com relato da Assessoria de Comunicação do TCE-GO, os maiores desafios apontados por Guilherme Boiko na condução desse tipo de atividade é a racionalização dos recursos humanos e a impossibilidade de dedicação exclusiva dos membros da comissão. A CPJUR atualmente busca por um sistema informatizado que permita o tratamento automatizado das decisões do colegiado.

MEMÓRIA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Responsável pela fiscalização da administração indireta do Estado, o então presidente da 2ª Câmara de Contas, conselheiro Antônio Câmara, fez um balanço do julgamento dos processos no primeiro semestre de 1996. Segundo o conselheiro, foram apreciados 489 processos, sendo 227 pela aprovação, 102 pela não aprovação, 36 aprovação com ressalva, 75 aprovação com multa, 36 aprovação com recomendação, 12 processos para verificação "in loco" e um pela não aprovação com inspeção. O tema foi pauta de entrevista na edição de julho/agosto de 1996 do TCE em Pauta.

QUALIDADE TOTAL

Tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços executados pelo TCE, agilizando as ações junto aos jurisdicionados ao mesmo tempo que valorizando os servidores do órgão, foi iniciada a implantação do Programa de Qualidade Total, com abordagens focando cinco metas: Utilização, Organização, Higiene, Saúde e Auto-disciplina. Os trabalhos foram abertos pelo conselheiro do tribunal de Contas do Município de São Paulo, Euripedes Sales. O assunto foi destaque na edição de junto de 1998 deste jornal.

Reunião com equipe da Escola Niná Rebouças, em Mossoró

EM BUSCA DE UM ENSINO DE EXCELÊNCIA

As escolas municipais Professora Niná Ribeiro de Macedo Rebouças e Rotary, em Mossoró, e Nair Fernandes, em Assu, foram selecionadas para um estudo nacional que, ao final, vai mostrar as melhores experiências de educação pública do Brasil, nas redes de ensino fundamental (1º ao 9º ano). O levantamento está sendo realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), organizações responsáveis pelo projeto "Educação que faz a Diferença", iniciativa que conta com apoio dos Tribunais de Contas de todo o país.

O projeto visa reconhecer e dar visibilidade às redes de ensino que estão realizando um trabalho de destaque, além de identificar e documentar as práticas de gestão e de acompanhamento pedagógico e administrativo adotado por cada uma delas, de modo que possam servir de inspiração para outros municípios. "Espera-se, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade e da equidade na educação brasileira", explicou o diretor da Escola de Contas do TCE/RN, conselheiro Tarcísio Costa, destacando a importância da iniciativa lembrando uma frase do mestre Paulo Freire: "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo".

A ação, executada em várias etapas, começou com a análise de indicadores como os resultados do IDEB e Prova Brasil, selecionando assim as escolas participantes da pesquisa de campo. A segunda etapa do processo consistiu na aplicação de questionários e entrevistas, realizadas por equipes dos Tribunais de Contas nas unidades de ensino. No Rio Grande do Norte, o trabalho foi realizado pelos auditores de controle externo Aleson Amaral e Luzenildo Morais da Silva, que passaram uma semana visitando as três escolas selecionadas, conferindo in loco os resultados apresentados.

As escolas analisadas poderão ser reconhecidas com base em três patamares: Redes de Excelência – integradas pelas unidades que, a despeito de todos os desafios que enfrentam, conseguiram atingir patamares de qualidade com equidade, garantindo o aprendizado de todos os alunos; Redes Bom Percurso – apresentam evolução consistente na aprendizagem dos alunos e no fluxo escolar, mas ainda não atingiram indicadores expressivos e; Destaque Regional, integradas pelas redes nos estados em que se encontram e respeitam critérios mínimos de qualidade.

Com o trabalho de coleta de dados encerrado, os resultados são encaminhados para o IRB e IEDE que fazem a compilação final dos indicadores e definem, a partir de critérios previamente elaborados, as escolas selecionadas que receberão um selo de qualidade, como referência do trabalho que executam. A pesquisa resulta numa publicação com boas práticas, difundida em todo o país, cujo resultado e lançamento ocorrerão em evento previsto para ser realizado até dezembro.

Projetos realizados na Escola Rotary

São utilizados critérios de avaliação com diferentes níveis de exigência, tendo como base as seguintes questões:

1. As redes buscam garantir a aprendizagem da maioria dos alunos.
2. As redes esforçam-se para reduzir as desigualdades e não deixar ninguém para trás.
3. Trabalham para que todos os alunos fiquem na escola.
4. Apresentam avanços consistentes na aprendizagem dos alunos ao longo dos anos.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVIEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Morais Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Jaime Mariz de Faria Neto
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTOR JURÍDICO
Vinícius Araújo da Silva
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Carlos Eduardo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal
EDITOR:
Eugênio Parcelle da Silva
REPORTAGEM:
Isaac Lira / Galdina Carvalho
PRODUÇÃO:
Fátima Moraes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Fernando Souza
FOTOGRAFIAS:
Galdina Carvalho / Maria Gabrielle
ILUSTRAÇÕES:
br.freepik.com
IMPRESSÃO:
Tavares&Tavares Emp. Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360
84 3642 7278
tce.rn.gov.br
ascomtcern@gmail.com
tcedorn
tce_rn
tce_rn